

## **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA INEPAR S.A - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES.**

Pelo presente instrumento particular, como EMISSORA, INEPAR S.A - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº.11.400, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sob nº 76.627.504/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como AGENTE FIDUCIÁRIO - Núcleo - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Boa Vista 314, 4º and conj. 4a, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sob nº 57.550.402/0001-87, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão e INEPAR - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº.11.400, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, sob nº 45.542.602/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, como INTERVENIENTE, vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 7 de dezembro de 1994, e Reunião do Conselho de Administração realizada nesta mesma data.

### **II - DOS REQUISITOS**

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

#### **1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

#### **2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A ata da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração, que deliberaram sobre a emissão de debêntures, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Paraná.

#### **3. REGISTRO DA ESCRITURA**

A presente Escritura de Emissão, será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do lugar da sede da EMISSORA.

### III - DO TÍTULO E SUA EMISSÃO

As debêntures cujas condições e características seguem abaixo, transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte:

1. **Da Quantidade:** 8001 (oito mil e uma) debêntures conversíveis em ações, divididas em 2 (duas) séries, sendo a primeira série de até 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) debêntures conversíveis em ações ordinárias e a segunda, de até 5.334 (cinco mil trezentas e trinta e quatro) debêntures conversíveis em ações preferenciais, no montante de R\$ 24.003.000,00 (vinte e quatro milhões e três mil reais).
2. **Do Valor Nominal Unitário:** R\$ 3.000,00 (três mil reais)
3. **Espécie:** as debêntures serão da espécie com garantia flutuante.
4. **Forma:** escritural nominativa.
5. **Data da Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures, será 1º de dezembro de 1994.
6. **Data do Vencimento:** 1º de dezembro de 1999.
7. **Preço de subscrição:** a vista no ato da subscrição, correspondente ao valor nominal da debênture, corrigido monetariamente pro-rata-dia pela Taxa Referencial - TR, tendo como base o valor fixado pelo Banco Central do Brasil para 1/12/94, acrescido de juros calculado pro-rata-temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.
8. **Prazo Prioritário para os Acionistas:** 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia 8 de dezembro de 1994, inclusive.
9. **Da Subscrição pelos atuais Acionistas:** Os detentores de ações ordinárias poderão subscrever debêntures conversíveis em ações ordinárias (1ª série) e os detentores de ações preferencias poderão subscrever debêntures conversíveis em ações preferenciais (2ª série), no prazo citado no item 8, observando-se a proporção das ações da espécie possuída, em 07 de dezembro de 1994, data da realização da AGE.
10. **Juros Remuneratórios:** as debêntures perceberão juros remuneratórios de 10% (dez por cento) ao ano, a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o seu valor nominal corrigido pagos anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.12.95 e o último em 01.12.99, data do vencimento das debêntures.  
A Emissora pagará pro-rata-temporis os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações programadas, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

- 11 Prêmio:** o prêmio será devido nas mesmas datas de vencimento antecipado, amortização programada e/ou aquisição facultativa das debêntures, incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = [(VN \times IR \text{ fat.}) - VNA]$$

Sendo:

$P_n$  = Prêmio "n", expresso em Reais, a ser pago em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

$VN$  = Valor Nominal na data da emissão, ou seja, R\$ 3.000,00 (três mil reais) e,

$IR \text{ fat.}$  = é o fator acumulado do índice de Reajuste do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, data base dia 01, apurado desde a data de emissão até a data de pagamento do prêmio, ou do último prêmio pago.

$VNA$  =  $VN$  atualizado na forma estabelecida no item 17.

O prêmio não será devido na hipótese de conversão das debêntures.

**12 Conversibilidade:**

12a. As debêntures poderão ser convertidas, a qualquer tempo, à opção de seus titulares, em ações ordinárias e preferenciais do capital social da Emissora conforme as respectivas séries.

12b. As ações, resultantes da conversão, serão creditadas em conta depósito (junto a Instituição depositária autorizada pela CVM, contratada pela Emissora) em nome de seus titulares até 3 (três) dias úteis após a data da solicitação de conversão.

12c. A quantidade de ações decorrente da conversão de 1 (uma) debênture será:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES POR DEBÊNTURE
Da data da subscrição até 30.11.97	2.500.000
De 01.12.97 a 30.11.98	1.666.667
De 01.12.98 a 01.12.99	833.333

12d. O número de ações decorrente da conversão das debêntures será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

12e. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da Emissora no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à

efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.604 de 15.12.76 e no Estatuto Social da Emissora.

- 12f. As ações, objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferencias e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em Bolsa de Valores à época e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista;
- 12g. A critério do debenturista, sempre que a Emissora aumentar o seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou aprovada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da Emissora, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, fica assegurado ao debenturista o direito de ter as suas debêntures convertidas em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações.
- 12h. A critério do debenturista, sempre que a Emissora deliberar a emissão de novas debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo de validade das novas debêntures, fica assegurado ao debenturista o direito de ter suas debêntures, convertidas em ações pelo mesmo preço de conversão das novas debêntures.
- 12i. A critério do debenturista, sempre que a Emissora deliberar sobre emissão de bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações, fica assegurado ao debenturista o direito de ter as suas debêntures convertidas em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.
- 12j. As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos itens 12g., 12h. e 12i., serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal corrigido, na forma estabelecida no item 17.
- 12k. Na hipótese de ocorrerem emissões de debêntures com base de conversão mais favorecida, fica assegurado aos debenturistas detentores de debêntures desta emissão, em circulação, o direito de terem as suas debêntures convertidas nas mesmas bases das novas emissões.
- 13. Amortizações Programadas:** as debêntures desta emissão, em circulação, terão o seu valor nominal atualizado e amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação:

DATA AMORTIZAÇÃO	% DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL CORRIGIDO	VALOR NA DATA DE EMISSÃO(01/12/94) (R\$)
01.12.97	33,33%	1.000,00
01.12.98	33,33%	1.000,00
01.12.99	33,33%	1.000,00

13a. Sobre o valor nominal atualizado das parcelas a serem amortizadas incidirá o prêmio previsto no item 11.

#### 14. Características e Vantagens das Ações Decorrentes da Conversão

14a. As ações ordinárias decorrentes da conversão, terão as seguintes características e vantagens:

- Estatutárias:

\* Com direito a voto;

\* Direito ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

- Decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures

\* Farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; e

\*Farão jus aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas.

14b. As ações preferenciais decorrentes da conversão terão as seguintes características e vantagens:

- Estatutárias:

\* prioridade no recebimento de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei,

\* participação nos lucros da Emissora em igualdade de condições com as ações ordinárias, abrangendo os lucros remanescentes, bem como a distribuição de novas ações decorrentes de aumento de capital.

\* Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Emissora.

**15 Processamento e Cobrança da Dívida:** os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP ou ainda, em Instituição(ões) Financeira(s) contratada(s) para este fim pela Emissora.

**16 Juros Moratórios:** a taxa de juros será elevada em 1% (hum por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da Emissora no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, referido no item 19.

**17. Correção Monetária:** as debêntures terão o seu valor nominal corrigido monetariamente desde a data da emissão, segundo a variação acumulada do índice de preços ao consumidor - série r (IPC-r), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em conformidade com o estabelecido no artigo 17 da Lei 8.880 de 27/05/94, observados os seguintes critérios:

- i) a correção monetária será efetuada anualmente, mediante a acumulação de 12 (doze) IPC-r mensais a contar da data da emissão, inclusive, ou do último reajuste, inclusive;
- ii) na hipótese de extinção no IPC - r ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de correção monetária nas emissões de debêntures ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado, em substituição, o índice determinado em Lei ou, na sua ausência, um índice aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas, que não poderá ser inferior a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- iii) se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, vier a ser permitida e/ou não mais vedada expressamente a correção monetária pelo índice de preços ao Consumidor - série r (IPC-r), em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser corrigidos dentro do menor período de correção admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima previstos.

**18 Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, à qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal corrigido acrescido de juros e prêmio remuneratórios, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei nº 6.604, de 15.12.76. As debêntures, objeto deste procedimento,

poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou serem novamente colocadas no mercado

**19 Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto da emissão e exigir o imediato pagamento pela emissora do valor nominal corrigido monetariamente pro-rata temporis até a data do seu efetivo pagamento de acordo com o estipulado no item 17, acrescido de juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes fatos:

- I) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora.
- II) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora
- III) liquidação ou decretação de falência da Emissora.
- IV) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, e
- V) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora prevista na Escritura de Emissão.

**20. Subscrição Pública:** As sobras apuradas após decorrido o prazo de prioridade, serão objeto de distribuição pública, no regime de procedimento diferenciado, nos termos do artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80. O lançamento, neste caso, será público, mediante a intermediação de Instituição(ões) Financeira(s).

#### **IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

##### **1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO**

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93;
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202 da lei no 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, juros e prêmio, relativos às debêntures objeto da presente Escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.
4. Efetuar e manter sempre atualizado o Registro de Companhia Aberta na CVM, nos termos da instrução CVM no 202/93, bem como, fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei no 6.404/76
5. manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituição(ões) financeira(s) autorizada(s) a prestar esse serviço.
6. Manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.
7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

## V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, NÚCLEO - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, retro-qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

### 1. DECLARAÇÃO

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) Sob as penas da Lei não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, para exercer a função que lhe é ocupada,
- b) Aceitar a função que lhe é conferida assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura,
- c) Aceitar integralmente a presente Escritura e todas a suas cláusulas e condições,



- d) A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer, plenamente, suas funções.

## 2. REMUNERAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários a serem pagos da seguinte forma:

- \* R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), no ato da assinatura da presente Escritura;
- \* 0,04%(quatro centésimos por cento) do total das debêntures em circulação, no 1º dia de Dezembro de cada ano, devidos anualmente, mediante a apresentação do Relatório por parte do Agente Fiduciário.

## 3. SUBSTITUIÇÃO

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMITENTE, por debenturistas que representam 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese do AGENTE FIDUCIÁRIO não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM.

#### PARÁGRAFO QUARTO

A substituição em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada Escritura de Emissão.

#### PARÁGRAFO QUINTO

O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

#### PARÁGRAFO SEXTO

Aplicam-se às hipóteses de substituição ao AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

#### 4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens,
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão,
- c) conservar em boa guarda toda a Escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções,
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento,
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o Registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o Oficial do Registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários,
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações,
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures,

- h) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA,
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA.
- k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações,
- l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas,
- m) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b" da Lei 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA,
  - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período,
  - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA,
  - m.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado.
  - m.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA,
  - m.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso,
  - m.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA,
  - m.8) relação dos bens e valores entregues a sua administração,

m.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento,

m.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO,

n) colocar o relatório de que trata o inciso anterior a disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da EMISSORA

n.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado,

n.3) na CVM,

n.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso,

n.5) nas instituições que liderem a colocação das debêntures,

o) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nas sub-alíneas da alínea "n" anterior,

p) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto a EMISSORA, e a Instituição prestadora de serviços de debenturistas Escriturais,

q) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer,

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso,

##### 5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios.
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas,
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA,

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do "Caput" desta cláusula se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação.

#### 6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

O ressarcimento a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis,
- b) extração de certidões,

- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções,
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura.

## VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;
2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por DEBENTURISTAS que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM.
3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei no 6. 404/76, para a Assembléia Geral de Acionistas;
4. A Assembléia se instalará em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou aquele que for designado pela CVM;
5. Na hipótese da Assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas;
6. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não;

7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
8. Para efeito da constituição do "quorúm" a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

### VIII - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

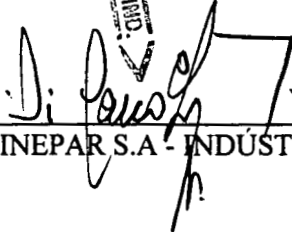
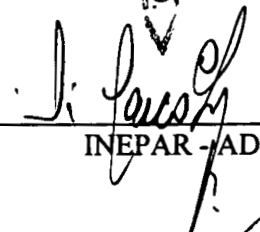
Como o objetivo de atender ao disposto no Parágrafo 2º do Artigo 15 da Lei 6.404/76, bem como às exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de sua competência, a parte INTERVENIENTE, assume as seguintes obrigações:


1. Efetuar a conversão das debêntures das quais é possuidora, concedendo neste ato ao Banco Bamerindus do Brasil S.A autorização para efetuar tal conversão, sem comunicação prévia, sempre que ocorrer quebra de proporção legal, no Capital Social da Emissora, em decorrência de conversão de debênture da 2ª (segunda) série.
2. O AGENTE FIDUCIÁRIO assume adicionalmente a obrigação de fiscalizar e fazer cumprir o item 1, das disposições complementares.
3. Se houver, por parte da INTERVENIENTE, cessão de direitos de subscrição ou venda de debêntures da 1 (primeira) série, a INTERVENIENTE deverá assinar instrumento particular de contrato com o adquirente das debêntures, com cláusula estabelecendo os mesmos procedimentos do item 1, das disposições complementares, bem como, dar conhecimento imediato para o AGENTE FIDUCIÁRIO e Comissão de Valores Mobiliários.
4. Se, após decorrido o prazo de prioridade, houver sobras de debêntures, a INTERVENIENTE, na qualidade de acionista controladora da EMISSORA, obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever o saldo remanescente das debêntures da 1 (primeira) série, que eventualmente não foram colocadas, no último dia útil do período de prioridade, levando para oferta pública apenas as sobras das debêntures da 2 (segunda) série.
5. Se outro acionista ordinário subscrever no prazo de prioridade, alguma debênture da 1 (série) a INTERVENIENTE, na qualidade de acionista majoritária da EMISSORA, obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever, durante o período da oferta pública, a quantidade suficiente de debêntures da 2 (segunda) série suficiente para manter a proporção legal no Capital Social da EMISSORA.

## IX - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriunda desta Escritura.

As partes contratantes, aceitam a presente Escritura, como nela se contém, por estarem as mesmas de inteiro acordo com os seus expressos termos.



  
 INEPAR S.A. - INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES      INEPAR - ADM. E PARTICIPAÇÕES S.A.


  
 NÚCLEO - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

## TESTEMUNHAS

1 -

2 -

CARTÓRIO DA CIDADE INDUSTRIAL  
BR 116 - KM 111 - FONE: 246-1532  
DISTRITO DE TATUQUARA - CEASA

Reconheço a(s) firma(s) de DI MARCO  
POZZO e JAUMEVAL DE OMS  
e NATAL BRESSAN e CARLOS  
KIFFER TAVARES

de que dou fé.  
Curitiba (Pr) 07 DEZ 1994 de 198

Em test<sup>º</sup> da verdade.

JOACIR ROBERTO RYGA  
Escritor juramentado